SEMINÁRIO INTERNACIONAL COMUNIDADES ENERGÉTICAS DE AUTOCONSUMO

Análise organizacional sob uma perspetiva jurídica, de gestão e tecnológica

Ana Umbelino Vice-presidente Câmara Municipal de Torres Vedras

ECONOMIA SOCIAL

Promoção da sustentabilidade social, económica e ambiental das comunidades.

Iniciativas de base local.

Autoorganização da sociedade civil.

Governação democrática e participada pelos seus membros.

Acesso a bens e serviços a menor custo para populações ou grupos mais vulneráveis.

COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL

Procura ganhos sociais, económicos e ambientais para a comunidade energética.

Os sistemas requerem proximidade geográfica.

Autoorganização e partilha de fontes energéticas de base comunitária.

Possibilidade de inclusão de um vasto conjunto de pessoas, singulares e coletivas.

Redução do custo financeiro do consumo de energia para os beneficiários, com particular vantagem económica para pessoas mais vulneráveis.

REVES

REVES



ECONOMIA SOCIAL E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA



O projecto RESPONDET REgional Social Economy POlicies for sustaiNable community - Driven Environmental Transition (abril 2022 – outubro 2023)

Aumentar a capacidade dos dirigentes politicos, administração pública, entidades de economia social e sociedade civil, à escala regional/local, para desenvolverem em conjunto iniciativas políticas que visem o fortalecimento da gestão de recursos pelo sistema da economia social a dois níveis:

Comunidades de energia renovável

Economia circular

PARCEIROS

DEPARTAMENT D'EMPRESA I CONEIXEMENT Espanha - Barcelona

RESEAU EUROPEEN DES VILLES ET REGIONS DE L'ECONOMIE SOCIALE Bélgica

CAMERA DI COMMERCIO INDUSTRIA ARTIGIANATO AGRICOLTURA DI TORINO Itália

SERVICE PUBLIC DE WALLONI Espanha - Barcelona

CONCERTATION
DES ORGANISATIONS
REPRESENTATIVES
DE L'ECONOMIE SOCIAL
Bélgica

COMUNE DI TORINO Itália CONFEDERACIO
DE COOPERATIVES
DE CATALUNYA'S COOP
Espanha - Barcelona

MALOPOLSKA VOIVODSHI Poland

ECONOMIA SOCIAL E COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL



ECONOMIA SOCIAL E COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL

INICIATIVAS de dois tipos: constituição de comunidades de energia renovável e formas de apoio ao surgimento das mesmas.

Diferentes composições de PARCERIAS: entre privados; público-privadas, entre o setor público.

BENEFICIÁRIOS diversos: cidadãos; organizações de economia social; instituições públicas locais; empresas; universidades; comunidades de energia.

FINANCIAMENTO de diferentes origens: totalmente público; público-privado e totalmente privado.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS INICIATIVAS APRESENTADAS

Integrando-se todas as iniciativas no campo da transição energética e adoção de energias renováveis, assumem objetivos e estratégias diversos. Os casos analisados no espaço europeu referem-se à implementação de comunidades de autoconsumo de energia renovável e a outras estratégias de promoção do aparecimento das mesmas: programas de financiamento, assessoria técnica, programas de capacitação, criação de um observatório, etc.

| Espanha (Catalunha) | Tipo de iniciativa | Promotor | Parceiros | Beneficiário | Financiamento |
|--|--|-------------|------------------------|---|--------------------------------------|
| Comunitat Energètica de La Bordeta 2022 | Comunidade de energia renovável | Cooperativa | Públicos e privados | Pessoas individuais Organizações de economia social | Público, de diversas entidades |
| Som comunitat energètica | Aplicação informática de informação e georeferenciação | Cooperativa | Públicos e privados | Pessoas individuais | Público e privada |

| Espanha (Catalunha) | Tipo de iniciativa | Promotor | Parceiros | Beneficiário | Financiamento |
|------------------------|--|--|-----------|---|---------------|
| s/título específico | Acordos de cooperação para a assessoria jurídica entre uma cooperativa e uma associação de advogados | Cooperativa e associação privada | Privados | Pessoas individuais Organizações de economia social | Privado |
| s/título específico | Cooperação organizada entre entidades de economia social com vista à elaboração de estratégias para a transição energética | Entidade de economia social | Privados | Organizações de economia social | Privado |

| Bélgica | Tipo de iniciativa | Promotor | Parceiros | Beneficiário | Financiamento |
|--|---|-------------------------------|------------------------|--|----------------------|
| PMO Nos Bambins (Ganshoren, 2020) | Comunidade de energia renovável | | Públicos e privados | Pessoas individuais e instituições públicas | Público |
| SOCCER project (Wallonia, 2021) | Comunidade de energia renovável | Governo Agência pública | Públicos e privados | Qualquer pessoa individual ou coletiva | Público e privado |
| s/ título específico (Wallonia) | Programa de financiamento para o setor da economia social realizar a transição energética | Governo Agência pública | | Organizações de economia social | Público |

| Poland | Tipo de iniciativa | Promotor | Parceiros | Beneficiário | Financiamento |
|--|---|-----------|------------------------|---|---------------|
| Virtual Green Powerplant Ochotnica (Ochotnica Dolna) | Comunidade de energia renovável, em forma de cluster | Município | Públicos e privados | Pessoas individuais Empresas municipais Sociedades comerciais | Público |

| Itália | Tipo de iniciativa | Promotor | Parceiros | Beneficiário | Financiamento |
|---------------------------------------|---|--|-----------|--|---------------|
| COSMO project (Piedmont) | Programa de capacitação para os municípios locais na área das energias renováveis. Criação de um observatório | Organização de economia social e um conjunto de Municípios | | Pessoas individuais Empresas municipais Sociedades comerciais | |
| S/ título específico (Piedmont) | Criação de um protocolo que estabeleça uma visão comum de desenvolvimento social para o território da região com base no autoconsumo energético | | | Municípios Agências públicas Universidades Entidades com atividade na área das energias renováveis | |

| Itália | Tipo de iniciativa | Promotor | Parceiros | Beneficiário | Financiamento |
|---|---|-----------------------|-----------|---|---------------|
| Local network for the use of renewable (Piedmont) | Comunidade de energia renovável | Município | Públicos | Pessoas individuais Pessoas coletivas locais | Público |
| Dialogue table (Piedmont) | Criação de um fórum permanente de discussão de como facilitar a criação de comunidades de energia | Câmara do Comércio | | Comunidades de energia existentes Entidades públicas nacionais e locais | Público |

PLANO POLÍTICO

Todos os casos analisados revelam a existência no seu espaço nacional e/ou da região de intenções políticas claras de apoio e promoção à implementação e expansão das energias renováveis, numa lógica de transição energética.

Surge, contudo, um comentário relativamente a alguns setores políticos, como menos atentos a estas formas de organização.

PLANO LEGISLATIVO

A adoção e a transposição das diretivas comunitárias em matéria de comunidades de energia renovável tem vindo a ocorrer a nível nacional ou regional, consoante o enquadramento político-administrativo de cada país (mormente onde se localizam as competências legislativas, se só no plano nacional se também, ou principalmente, no campo das regiões).

Os casos analisados destacam problemas ao nível da indefinição de conceitos, lacunas legais, legislação recente e com grande tendência a mudar (área tecnológica com forte aceleração).

PLANO ADMINISTRATIVO

Os casos analisados destacam uma área fortemente regulada, com uma pesada carga administrativa (parte não ultrapassável devido a se tratar de matérias de segurança e de proteção de pessoas e bens), e consequente dificuldade na resposta por parte dos serviços (aprovação dos projetos, emissão de licenças, realização de inspeções, etc.).

PLANO TEMPORAL

As experiências relatadas são todas muito recentes, devido à legislação europeia mais recente na matéria (e à necessidade de a transpor), e à consequente criação legislativa nacional/regional capaz de promover este tipo de intervenção na área da energia.

PLANO TEMPORAL

Os casos analisados não revelam acesso a fundos públicos estruturais em matéria de criação de comunidades de energia renovável. Revelam antes uma combinação entre subsídios públicos pontuais e fundos privados. Algumas experiências relatam pequenas contribuições, em forma de taxas, dos utilizadores, mas de reduzida expressão financeira.

Os casos igualmente destacam os elevados custos iniciais de investimento, o que dificulta o acesso a estas formas de organização em torno das energias renováveis, em particular por grupos economicamente menos poderosos e/ou com menor acesso a recursos técnicos.

PLANO DAS PARCERIAS E DA PARTICIPAÇÃO

Alguns dos casos analisados destacam um ainda insuficiente nível de sensibilização e informação/compreensão por parte de entidades e dos cidadãos face a esta nova forma de organização, o que dificulta a sua adesão.

PLANO LEGISLATIVO

Rápida e correta transposição por cada Estado-membro das diretivas da Comissão Europeia.

Aceleração da transposição das diretivas da Comissão Europeia pelos Estados-membros que ainda não o fizeram.

Contemplação na legislação (europeia e nacional) de mecanismos preventivos de uma "incorreta" apropriação/utilização destas comunidades por entidades que não visem o interesse coletivo.

PLANO POLÍTICO

Explicitação pela Comissão Europeia do especial papel/ligação que a Economia Social detém a esta forma de produção e consumo energético.

Adequação/adaptação dos Planos de Recuperação e Resiliência, em cada Estado-membro, a fim que possam melhor apoiar estas iniciativas.

Previsão de **investimento público para as fases iniciais dos projetos** (elevados investimentos iniciais).

Particular enfoque em como as **CER podem combater as desigualdades sociais** (ex. pobreza energética), para além do foco ambiental e tecnológico.

PLANO POLÍTICO

Previsão de CER a pequena e média escala, e não só em grande escala (apenas acessíveis a agentes económicos de grande dimensão)

Direcionamento de políticas e programas, europeus e nacionais, para proporcionar apoio a estas iniciativas (ex. formação de recursos humanos).

PLANO ADMINISTRATIVO

Condução de avaliações ex-ante sobre cada contexto nacional/regional de implementação, a fim de identificar e compreender possíveis implicações/barreiras (política económica, fiscal, financeira, etc.)

Capacitação da Administração Pública, nacional e local, para o apoio a estas iniciativas, bem como para a uniformização de regras e procedimentos

Previsão de projetos-piloto, cuja análise reverta em recomendações ao nível da governação e participação dos seus beneficiários (cidadãos, pequenas e médias empresas, entidades de economia social, etc.)

PLANO ADMINISTRATIVO

Necessidade de sensibilizar as autoridades, nacionais e locais, para apoiar o surgimento de CER de múltiplas formas (ex. doação de terrenos, edifícios, formação, consultoria técnica)

Dinamização, por parte das autoridades nacionais ou outras, de ecossistemas de apoio às CER (ex. constituição de consórcios que incluem setor empresarial, economia social, universidade, grupos de cidadãos, instituições públicas).

Forte investimento na comunicação das CER para os cidadãos em geral, benefícios da sua participação e formas de o fazer, em particular para os grupos sociais com maior vulnerabilidade socioeconómica.



COMUNIDADES DE ENERGIA RENOVÁVEL PERMITEM A NÍVEL LOCAL:

A diminuição das emissões de CO2, contribuindo, desta forma, para que se atinjam as metas de descarbonização estabelecidas no Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) para o horizonte 2021-2030.

A redução da fatura de eletricidade do cidadão, das empresas e outras entidades que adiram ao autoconsumo.

A criação de novas entidades públicas ou privadas e de novos tipos de prestação de serviços, com consequente **criação de mais postos de trabalho.**

O desenvolvimento do mercado que atua no âmbito das energias renováveis.

A participação ativa do cidadão na transição energética.

QUE OPÇÃO TOMADA? Iniciativas LOCAIS Enquadramento COMUNITÁRIO Criação de uma COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL Enquadramento PARA AUTOCONSUMO, NACIONAL na modalidade de Comunidade (DL 15/2022, 15 de janeiro de Cidadãos para a Energia, com e Regulamento do Autoconsumo a natureza jurídica de Energia Elétrica n.º 373/2021) de Cooperativa **Torres Vedras** Energia S.C.R.L

PORQUÊ CRIAR UMA COOPERATIVA? Vantagens do modelo cooperativo

Adesão voluntária e livre para todos os Munícipes interessados.

Gestão democrática: 1 cooperante = 1 voto.

Participação económica dos membros — contribuição dos cooperadores para o capital social.

Autonomia e independência.

Educação, formação e informação dos seus cooperadores.

Intercooperação entre os cooperantes.

PORQUÊ CRIAR UMA COOPERATIVA?

Mais valias na adaptação do modelo cooperativo ao modelo das CCE

Maior vantagem financeira na contratação de terceiros para instalação das Unidades de Produção para Autoconsumo.

A CCE ocupa-se do licenciamento junto da Direção-Geral de Energia e Geologia.

A CCE ocupa-se de eventuais candidaturas a benefícios financeiros.

Permite partilhar, entre todos, as energias excedentes de cada um.

Possibilidade de, no futuro se dedicar a outras atividades de eficiência energética, com benefícios para os cooperadores.





FASE DE DESENVOLVIMENTO

REALIZADO

Estudos de viabilidade técnica e financeira Enquadramento e estatutos jurídicos da cooperativa

Adesão de 14 empresas locais interessadas em serem cooperadores fundadores Estudo de viabilidade económico-financeira (EVEF)

REALIZAR